



Jornal FNE

Edição 30 – Nov/04

O necessário e o inoportuno

Esta edição abre, em matéria de capa, com uma relevante discussão colocada em pauta num seminário em São Paulo: a submissão da economia à sociedade. Mais especificamente a fiscalização do Banco Central e o controle do fluxo de capitais financeiros, o que daria maior autonomia ao Governo para, por exemplo, baixar a taxa de juros sem temer uma fuga violenta de recursos. Ainda sobre as mudanças esperadas, a especialista em desenvolvimento regional Tânia Bacelar adverte para a importância de se investir na redução das desigualdades que marcam o Brasil, por meio de uma política séria e planejada. Passando ao que é mais inoportuno que necessário, continua na ordem do dia a reforma sindical. No âmbito do FNT (Fórum Nacional do Trabalho), cujo projeto é considerado insatisfatório, ainda se aguarda a abertura do debate sobre a situação dos profissionais liberais. Essas categorias deverão ser objeto de uma câmara setorial ainda não instalada, o que tem sofrido sucessivos adiamentos. Engenheiro traz ainda a onda de greves que paralisou diversas categorias em busca de sua parte no crescimento econômico registrado no primeiro semestre. Em C&T, o trabalho dos pesquisadores do Inpe na Antártica, onde o buraco na camada de ozônio atinge aproximadamente 25 milhões de quilômetros quadrados. E, claro, o que acontece nos estados. Bom proveito!

CAPA

Em tempos em que os governantes se desdobram para atender os caprichos do mercado financeiro, a sugestão feita pelo sociólogo Francisco de Oliveira e pelo economista Carlos Eduardo Carvalho chamou a atenção pela coragem. Eles defenderam, durante seminário em São Paulo, em 28 de setembro, duas medidas básicas: controle do fluxo de capitais e fiscalização do Banco Central pelos cidadãos.

Oliveira abriu o diálogo convidando a platéia a uma reflexão sobre o papel e as características do Banco Central, “instituição mais importante da economia, mais até que o Ministério da Fazenda”. E no entanto, advertiu, esse organismo, que por controlar a moeda tem papel central no capitalismo, age completamente à revelia da sociedade. “Não presta contas a ninguém. O Senado não pode convocar o presidente do BC, apenas convidá-lo. A Câmara, sequer isso.” Para o professor, pouco ou nada resolvem as sabatinas a que são submetidos os indicados ao cargo. “Esse ritual perde em complexidade para o Show do Milhão”, ironizou, em alusão ao popular programa de perguntas e respostas.

Menos cômicos, contudo, são os efeitos que as decisões do BC têm sobre a vida dos brasileiros e as contas nacionais. “Quando o Copom sobe a taxa de juros em 0,5%, detona o orçamento público. O próprio esforço de pagar a dívida aumentando o superávit primário é comprometido.” Além do poder de arbitrar as taxas de juros, que atualmente nas alturas teimam em conter a volta do crescimento, o Banco Central tem também a função de aplicar as reservas brasileiras. “Para isso, escolhe um conjunto de bancos segundo critérios que ninguém conhece”, criticou o sociólogo.

Ele defendeu também uma política monetária adequada à condição brasileira. “Um país que não tem moeda, porque o real é uma ficção ancorada no dólar, e faz política monetária como se tivesse, terá prejuízo.” A alternativa, lembrou, é tornar a economia relativamente imune à circulação internacional de dinheiro, o que exige controle cambial. Segundo Carvalho, além da situação crônica de nação periférica, há o problema da dívida pública, hoje em 55% do PIB, e grave fragilidade financeira. A receita perfeita, avisou o economista, para crise cambial e turbulência. Nessa conjuntura, “o Estado tem a função de proteger sua moeda”.

OPINIÃO I

Começou a circular o Expresso Porto Alegre 2005. Estão abertas, desde 29 de setembro, as inscrições para o FSM (Fórum Social Mundial), que no próximo ano retorna a Porto Alegre. No site do encontro, organizações de qualquer parte do mundo podem registrar delegados ou propor oficinas e seminários. Em relação a essas atividades, o novo Fórum, marcado para 26 a 31 de janeiro, traz uma grande inovação.

Trata-se do esforço para aglutinar debates e construir convergências. A idéia é promover não apenas uma grande feira de alternativas, mas um espaço para desencadear ações comuns por um mundo novo. Ao examinar os FSMs anteriores, os organizadores deram-se conta de que, em certos casos, a diversidade – principal motivo para o sucesso do Fórum – estava se transformando em dispersão.

A aglutinação é um conjunto de providências para assegurar, a todas as organizações, o direito de somar forças – tanto durante o FSM, quanto após o encontro. A mudança de metodologia será acompanhada por um novo ambiente. Em 2005, ele deixará os salões refrigerados da PUC-RS para se espalhar pela orla do Rio Guaíba – em muitos casos, em salas construídas especialmente para o evento. Situado no coração de Porto Alegre, o novo espaço será mais convidativo para a população da cidade. Simbolicamente, aproximará o Fórum das ruas – os locais onde circulam as maiorias que podem construir uma sociedade em que a lógica da solidariedade, da distribuição de riquezas e da paz substitua a do lucro máximo e da força bruta.

Saiba mais : www.forumsocialmundial.org.br

Antonio Martins é membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial

OPINIÃO II

Terra cantada por sua gente e que encanta quem a descobre. O Maranhão pode ser resumido numa palavra-chave, associada, claro, a várias outras: emaranhado de cultura, seja ela erudita ou popular, belezas naturais que vão de praias paradisíacas a rios caudalosos e água igualmente refrescante, culinária, gente simples, educada e hospitaleira. Enfim, um verdadeiro mosaico que desperta paixões em quem chega à “terra das palmeiras onde canta o sabiá”.

São Luís é o orgulho dos maranhenses. Ostenta títulos que resumem, cada um ao seu modo, um pouco da “única das antigas capitais brasileiras que não é fundada por portugueses”. Sua origem é francesa. Seu nome, uma homenagem ao rei da França, Luís XIII. Mas, antes de 8 de setembro de 1612, data de sua fundação pelos europeus, os índios tupinambás já eram os donos destas terras, a quem chamavam de Ilha Grande ou “Upaon-Açu”, em seu idioma.

“Atenas Brasileiras” indica a veia literária de seus romancistas e poetas. O Maranhão é berço, por exemplo, de Gonçalves Dias, Aloísio de Azevedo, Arthur de Azevedo, Ferreira Goulart, Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista brasileira, entre outras personalidades.

Em 2000, mais um título foi acrescentado a tantos outros pertencentes à “Ilha dos Amores”, o de “Patrimônio Cultural da Humanidade”, concedido pela Unesco/ONU, em reconhecimento ao rico conjunto arquitetônico da capital maranhense.

O Maranhão é um estado de beleza ímpar, de um povo muito lutador e de potencial incrível. Entretanto, apesar de toda sua beleza, ainda falta muito para que o Estado ocupe o lugar de destaque que lhe cabe no Brasil. Todos nós, que construímos e formamos a estratégica e importante categoria de engenheiros, arquitetos, agrônomos e demais profissionais que se congregam no sindicato, estamos prontos a criar algo a mais para a sociedade, mostrar ainda mais nossa força e importância ao desenvolvimento sustentável e equilibrado de nosso Estado, desde que possamos continuar atuando com a visão de futuro que os novos tempos exigem e que a sociedade cobra de nós.

Por esses caminhos, não haverá espaço para pequenos desejos, corporativismo mesquinho e dispersão. E é dentro desses princípios e valores que o nosso Estado tem a honra de sediar a 61ª Semana de Engenharia e o Congresso Nacional de Profissionais, que serão realizados de 30 de novembro a 4 de dezembro, no auditório do Sebrae-MA. O evento será aberto a todos os profissionais do Sistema Confea/Creas e reunirá entidades e instituições de ensino para debater dois eixos principais: “Exercício profissional e cidades sustentáveis”.

O objetivo do Congresso é promover a inserção dos profissionais por meio de uma conduta cidadã nas obras da engenharia, arquitetura e agronomia e discutir a importância do trabalho responsável e sustentável em prol do desenvolvimento dos municípios, dos estados e do Brasil.

Sebastião Djalma Gomes é presidente do Senge-MA, conselheiro fiscal da FNE, conselheiro do Crea-MA e coordenador do 5º Congresso Nacional dos Profissionais.

ENGENHARIA

Divulgada no dia 6 de outubro, a Pesquisa Rodoviária da CNT (Confederação Nacional do Transporte) de 2004 avaliou 100% da malha federal, bem como os principais trechos sob gestão estadual e terceirizada, num total de 74.681km. E comprovou: 74,7% da extensão rodoviária apresentam algum tipo de imperfeição. Os 343km do trecho sul da BR 101, entre os municípios de Palhoça, no estado de Santa Catarina, e Osório, no Rio Grande do Sul, não são exceção à trágica regra. Com buracos na pista, acessos clandestinos e má sinalização, a estrada ganhou a nada honrosa insígnia de “rodovia da morte”. Para livrá-la desse rótulo, conquistado graças ao assombroso número de acidentados que faz anualmente – uma média de 3.600 –, a FNE, o Senge-SC e diversas outras entidades apresentaram ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em 21 de setembro último, projeto intitulado “BR 101 – Rodovia da vida”, que visa estabelecer condições especiais de tráfego naquele tramo. “A proposta é de reengenharia de trânsito”, atesta Carlos Bastos Abraham, presidente do Senge-SC.

Entre as providências que recomenda, em caráter de urgência, estão: redução da velocidade máxima permitida ao longo do trecho Palhoça-Osório, de 80km/h para veículos leves e 60km/h para pesados; aumento da distância entre os carros, considerando-se o dobro da regulamentar; proibição de ultrapassagem para veículos pesados, dos tipos caminhões e ônibus; melhorias da sinalização e sua manutenção; utilização de tachões (obstáculos para impedir a ultrapassagem, entre uma faixa e outra) particularmente nas travessias urbanas; fechamento de todos os acessos clandestinos e revisão dos concedidos; distribuição da densidade de tráfego pesado ao longo das 24 horas do dia, exceto dos ônibus, por número de placas; e criação de bolsões de estacionamento obrigatório para caminhões. A expectativa, com essas medidas, é que se reduza o número mensal de acidentes na estrada, num primeiro momento, de 300 para 120 e as mortes caiam de 20 para sete.

O trecho é estratégico e vital à economia nacional, pois integra o chamado “corredor Mercosul”. Conseqüentemente, o tráfego é constante e enorme, muito além daquele ao qual a estrada foi projetada. O volume máximo permitido, conforme Abraham, seria de 5 mil veículos/dia e hoje ultrapassa os 15 mil, o que deteriorou a rodovia. Para comportar tamanha demanda, o Governo Federal havia sinalizado à imprensa seus planos de iniciar a necessária duplicação da BR 101 Sul neste ano e destinar-lhe R\$ 140 milhões em 2004 – no total, a iniciativa está orçada, conforme o Ministério dos Transportes, em US\$ 800 milhões, sendo 60% provenientes de recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e 40% da União. Mas nada aconteceu. A promessa agora é para 2005. De acordo com o presidente do Senge-SC, a partir de então, a conclusão da obra levará em média quatro anos, o que trará aos milhares de cidadãos que passam pela rodovia transtornos adicionais nesse período. E são necessárias medidas pontuais que os minimizem e contenham os riscos às pessoas imediatamente.

Sem dinheiro

Coordenador substituto de operações do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes), Luiz Cláudio dos Santos Varejão reconhece a necessidade de se apontar soluções e intervenções de baixo custo como essa. Porém, reclama que falta verba até mesmo para colocar tais medidas em prática. “Não tenho dotação orçamentária para manter e ampliar os equipamentos”, lamenta. Na BR 101 Sul, estão previstas ainda para este ano lombadas eletrônicas e balanças, mas não há dinheiro para melhorar a sinalização. Conforme ele, para 2004, em investimento, foram destinados apenas R\$ 13,8 milhões a todas as rodovias federais. “Isso é um pingo. Estamos esperando uma suplementação de R\$ 25 milhões do Congresso em nível nacional e, dentro das prioridades, vamos mandar verba para a BR 101.” Todavia, isso não é suficiente para solucionar o problema. “A gente precisaria anualmente de R\$ 72 milhões para manter toda a malha federal bem sinalizada e pavimentada, em boas condições. Podemos discutir tudo, só que a vontade técnica se compromete se não houver recursos”, salienta.

Mesmo nessa situação, a expectativa dos engenheiros é que a proposta das entidades seja viabilizada. Tal fundamenta-se no compromisso assumido pelo ministro durante o encontro com os representantes das organizações. Nascimento disse que vai embutir nos contratos com as empreiteiras para a duplicação da BR 101 os custos de tais ações e garantir, assim, sua efetivação.

Fato é que enquanto o Governo insiste em uma política econômica que privilegia o pagamento de juros da dívida em detrimento de investimentos – segundo apontou reportagem publicada na revista Carta Capital de 6 de outubro (“As eternas vítimas do aperto fiscal”), entre as maiores vítimas do arrocho está o Ministério dos Transportes –, as estradas esperam por socorro. O cenário é sombrio. Segundo a pesquisa da CNT, das rodovias avaliadas, 56,1% encontram-se com pavimento em estado deficiente, ruim ou péssimo (41.911km); 65,4% apresentam sinalização inadequada (48.788km); 39,8% não possuem acostamento; e 24,6% têm placas cobertas por mato (18.355km). Trechos com afundamentos, ondulações e buracos acumulam 8.280km – ou 11,1% – e em 40,3% da extensão analisada (30.072km) não havia a presença de sinalização de velocidade permitida.

SINDICAL I

A situação de categorias como engenheiros, médicos, advogados etc frente à reforma sindical ainda não foi discutida. Isso deveria acontecer a partir do início de outubro, logo após o primeiro turno das eleições municipais, mas o prazo não se cumpriu. A data havia sido estipulada pelo secretário Nacional de Relações do Trabalho e coordenador do FNT (Fórum Nacional do Trabalho), Osvaldo Martinês Bargas, quando deveria ser instalada a tão esperada Câmara Setorial de Profissionais Liberais. De composição bipartite, contará, segundo ele, com dez representantes dos trabalhadores e seis do Governo.

As partes trataram do assunto durante reunião preparatória à abertura desse espaço no dia 25 de junho, na Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), em São Paulo. Na ocasião, estiveram presentes diversos representantes de entidades. Entre eles, diretores da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), os quais enfatizaram que a proposta de reforma sindical apresentada pelo FNT ao presidente Lula em abril último deixou de fora os profissionais liberais. Isso porque o texto estabelece entidades por ramo de atividade e não mais por categoria, o que praticamente extingue sindicatos atuantes, como os dos engenheiros, e impossibilita que questões específicas da categoria, como reciclagem tecnológica, sejam tratadas. Esses congregam profissionais de diversos setores da economia (indústria, construção civil, agronomia etc) e não há definição sobre seu enquadramento na reforma sindical. Além disso, o fim da unicidade pode enfraquecê-los.

Impasse

A inauguração da Câmara para rever esses pontos já sofreu vários adiamentos – estava prevista inicialmente para julho ou agosto. Desta vez, o empecilho está no número excessivo de representantes. “As centrais sindicais indicaram mais nomes do que o previsto”, justificou o secretário. E acrescentou: “Estou com muita pressa para instalar esse grupo, mas dependo primeiro de fechar a bancada dos representantes.” Segundo ele, sua sugestão tem sido que tais entidades entrem em contato com as que já apontaram nomes para a solução desse impasse. Tal definição deve, conforme Bargas, correr paralela à entrega à Casa Civil da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) para reformar o artigo que trata da estrutura sindical na Carta Magna – de modo que as alterações oriundas do projeto de lei, a ser votado posteriormente, não se choquem com a Constituição. De acordo com o secretário, o PL e as questões relativas aos profissionais liberais deverão, por fim, seguir juntos ao Congresso Nacional.

A expectativa de Bargas é que a discussão de especificidades de categorias como a dos engenheiros seja concluída até o final de novembro. O projeto deve ser votado ainda no primeiro semestre de 2005 e enxerga-se na Câmara Setorial de Profissionais Liberais a oportunidade de mudar o rumo de uma história que pode não acabar bem. “Nossa entrada nessas discussões pode estancar o processo de reforma sindical danoso aos engenheiros. Temos que contatar parlamentares e influenciá-los na votação e discussão do assunto. É

preciso fazer a nossa parte”, declarou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE, durante encontro regional promovido pela federação. O desafio, aos engenheiros, é como promover as modificações necessárias nessa formatação de projeto, questão para a qual espera-se resposta na Câmara Setorial. Bargas não vê problema nisso: “Você pode constituir sindicato por ramo econômico, o que não quer dizer que determinada atividade profissional não pode se organizar. Se esse é o desejo dos engenheiros, não tenho nada contra.”

Projeto do FST ganha adesão no Enprol

“A FNE, demais federações e sindicatos presentes no VII Enprol (Encontro Nacional das Entidades de Profissionais Liberais) definiram que as reformas sindical e trabalhista propostas pelo Governo não contemplam os interesses dos trabalhadores, em especial dos profissionais liberais”, relatou Jorge Luiz Gomes, diretor da FNE e presidente da CBP (Central Brasileira de Profissionais).

Segundo ele, que participou do evento promovido pela CNPL (Confederação Nacional de Profissionais Liberais), entre os dias 23 e 25 de setembro último, na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, também foi considerada inaceitável a alteração do artigo 8º da Constituição Federal – base da proposta do Executivo Federal para reformular a organização sindical no País. “Essa pretensão é inegociável. A representação por categoria é o fundamento da existência dos sindicatos profissionais.” A posição reforça o que vem sendo proposto pelo FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores) e deve ser apresentado ao Congresso Nacional como projeto de lei, encabeçado pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG).

Ainda de acordo com Gomes, os profissionais reafirmaram ser inadmissível a perda das conquistas alcançadas pelos trabalhadores ao longo do último século. “Assim, não permitiremos a desconstitucionalização de direitos. Defenderemos fortemente a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e o poder normativo da Justiça do Trabalho”, afirmou. Para ele, a tarefa que deve ser feita, relativa ao tema, é a regulamentação do que está previsto na Constituição de 1988.

SINDICAL II

AL

Nova diretoria

Em pleito realizado no dia 15 de setembro, na sede do Senge-AL, foram eleitos os integrantes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal desse sindicato para o triênio 2005/2007, os quais serão empossados no dia 9 de dezembro próximo. São eles: José Ailton Ferreira Pacheco (presidente); Disneys Pinto da Silva (vice-presidente); Quitéria Maria Lins Pinheiro (secretária geral); Fernando José Nascimento de Souza (administrativo financeiro); Luis Alexandre Madalena (cultura e divulgação); Adonais de Almeida Seixas Filho (relações intersindicais); José Marcos Souza Bezerra – Parreco (representante na FNE); Marco Valério Aleluia da Silva, Wilde Clécio Falcão de Alencar e Paulo Roberto Cabral de Melo (suplentes). Como delegados, Sebastião Ernesto Santos (empresas da administração direta); Carlos Antônio de Souza Figueiredo Lima (empr. de economia mista); e Roberto José Correia da Silva (administração federal). E ao Conselho Fiscal, Carlos Augusto Calheiros Martins, Nise de Araújo Sarmiento e Rudson Sarmiento Maia (titulares); Cid Carlos Leite da Silva, Valmir Washington Ramos e Petrucio Teixeira Lima (suplentes).

RS

Trensurb dificulta negociações com engenheiros

O Senge-RS vem enfrentando dificuldades para avançar nas negociações com a Trensurb – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., companhia federal vinculada ao Ministério das Cidades. A direção da estatal ainda não fez qualquer proposta para o acordo deste ano (data-base em 1º de agosto) e está interpondo a condição de que o sindicato abduque da ação judicial relativa ao dissídio 2003-2004, já julgada no TRT, com sentença descumprida pela empresa. A ação foi movida pelo Senge-RS diante da política da atual gestão da estatal, que vem concedendo aumentos diferenciados a seus empregados, transferindo recursos de uma categoria para outra, com prejuízos à dos engenheiros. A situação caminha, assim, para que esses últimos fiquem sem reajuste salarial pelo segundo ano.

O presidente do sindicato, Joel Fischmann, constata: “O Senge-RS sempre parte da premissa de que a solução negociada é a melhor alternativa, tanto aos profissionais quanto para a empresa. Quando ela não acontece, em razão da intransigência patronal, os profissionais de engenharia, que compõem um quadro importante no desenvolvimento técnico da Trensurb, sentem-se desvalorizados, o que não deveria fazer parte da política de qualquer empreendimento vinculado ao poder público e mantido pela população.” Posturas como essa, complementa ele, acabam gerando passivos trabalhistas para a empresa a serem pagos pela coletividade, seja na forma de indenizações por descumprimento da lei, seja na transferência de seus custos para as tarifas. Tem esse mesmo efeito uma prática ilegal da empresa, que está

colocando profissionais sem a devida qualificação técnica em funções que exigem atribuições específicas da área de engenharia.

TO

Ação contra o Basa

O Seageto ingressou em Tocantins com ação trabalhista contra o Basa (Banco da Amazônia), pelo descumprimento da Lei 4.950-A/66, que regulamenta o salário mínimo dos engenheiros. O valor por lei é de R\$ 1.560,00 (jornada de seis horas) e o banco está pagando apenas R\$ 1.046,72, incluindo as gratificações. A FNE contestará judicialmente o concurso público do Basa para contratação de engenheiro por valor inferior ao piso profissional.

CE

Debate sobre segurança contra incêndio

O Senge-CE participou, juntamente com a Associação Nordeste Brasileira da Construção Metálica, de uma discussão na Federação das Indústrias do Ceará sobre engenharia de segurança contra incêndio durante o seminário “Proteção de Estruturas Metálicas em Situação de Corrosão e Incêndio”, nos dias 29 e 30 de setembro.

O evento contou com a presença de 100 profissionais.

SP

Sindicato comemora 70 anos de luta

No dia 25 de setembro último, cerca de 1.800 pessoas compareceram ao Clube Pinheiros, em São Paulo, para celebrar os 70 anos do Seesp – completados no dia 21, data em que foi aberta a exposição fotográfica “História em imagens”, na sede da entidade, na Capital paulista, também marcando as comemorações. A festa, em grande estilo, reuniu autoridades, associados, representantes de diversas entidades, diretores e ex-presidentes da organização. Em homenagem ao seu aniversário, o Confea entregou placa comemorativa ao presidente do sindicato e da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, o qual destacou: “São 70 anos de luta, em que tornamos essa instituição reconhecida no Estado e no País.” Fazendo questão de saudar os diretores, sócios e todos os que já estiveram no comando da organização, ele lembrou que o trabalho desse conjunto fez “desse um sindicato pujante, forte e presente e estamos dando continuidade a isso”. Para ele, o desafio agora é ampliar sua representatividade, incrementando sua atuação nas questões nacionais, bem como o número de filiados – que hoje ultrapassa 30 mil.

PA

Dissídio coletivo para garantir representação

O Senge-PA vem promovendo ações para assegurar o direito legítimo de representar os engenheiros da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará) nas campanhas salariais deste ano. Segundo afirmou o advogado da companhia, Francisco Rocha, em reunião na DRT (Delegacia Regional do Trabalho) no dia 28 de junho último, há 15 anos os acordos são renovados com o majoritário e não há disposição da empresa de pactuá-los com outras entidades. Para reverter isso, o Senge-PA instaurou dissídio coletivo junto ao TRT e aguarda a audiência de conciliação.

Acordo fechado com o Sinduscon-PA

Em setembro, o sindicato firmou acordo coletivo de trabalho com o Sinduscon-Pará, retroativo a 1º de agosto, garantindo reposição integral das perdas salariais pela inflação.

SINDICAL III

Nos últimos meses, o Brasil foi sacudido por uma onda de greves. Metalúrgicos, bancários e petroleiros se mobilizaram – alguns continuam de braços cruzados, outros obtiveram conquistas ou estão na expectativa quanto a que rumo tomará a campanha. Todos buscam a sua fatia no bolo. “No primeiro semestre houve crescimento da economia. Queremos nas campanhas do segundo semestre transformar isso em desenvolvimento, que é crescimento com sustentabilidade e distribuição de renda”, afirma o analista sindical João Guilherme Vargas Netto.

Segundo ele, já no primeiro semestre, 47% a 50% dos acordos superaram a inflação – dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Contudo, continua, “na sua grande parte, esses acordos envolveram negociações. Agora, com o agrupamento de grandes categorias, a esse clima de avanço já existente, somou-se um de mobilização”. E embora não tenha havido uma campanha unificada entre as diversas centrais, conforme Vargas Netto, os temas fortes convergiram. Ele observa que foram dois, basicamente: a reivindicação de aumento real, porque compreendeu-se que com o crescimento havia uma folga e uma possibilidade de recompor a renda, e a resistência ou luta contra a hora extra, banco de horas e até mesmo pela redução da jornada.

Além da limitação de horas extras, aumento real de 4% e reposição da inflação dos últimos dez meses pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o que totaliza um reajuste de 9,57%, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC conquistou na maioria dos grupos com que negocia antecipação da data-base de novembro para setembro. E uma cláusula inédita, como conta Giovane Corrêa de Souza, diretor executivo da entidade: “Nossa convenção garante aos terceirizados condições para fiscalizarmos suas empresas a seguir o acordo que foi fechado na indústria. É uma luta de muitos anos e deve inibir esse tipo de contratação.” A campanha vitoriosa deve-se a intensas negociações e, em determinados grupos, à greve. Em alguns, trabalhadores continuam de braços cruzados. Apesar da intransigência de tais empresas, Souza já vê o saldo positivo e considera esse “um dos melhores acordos dos últimos oito ou dez anos”. São mais de 75 mil metalúrgicos beneficiados. A situação se repete em Curitiba, em que tal categoria obteve grandes conquistas. Nas montadoras do Paraná, cuja data-base era 1º de setembro, cerca de 10 mil trabalhadores tiveram 10,9% de reajuste, abrangendo a reposição da inflação anual pelo INPC e aumento real de 3,9%.

Souza atesta que o avanço em questões cruciais deve-se à verificação de um cenário propício. Segundo ele, “o pessoal vê o crescimento econômico no chão da fábrica e luta para obter sua parte”. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região, Eleno José Bezerra, cuja campanha está em andamento, confirma: “As empresas cresceram, no primeiro semestre, em média 17%. Queremos participar disso.” Ele complementa: “Estamos na expectativa de fazer um acordo com menos conflito. Já tivemos quatro rodadas de negociação e os empresários mostram essa disposição. Mas se até o dia 20 ou 25 não houver decisão, entraremos em greve.” Com data-base em 1º de novembro, a categoria inclui em suas reivindicações reajuste de 15%, englobando a reposição da inflação pelo INPC e 8% de aumento real, redução na jornada para 40 horas semanais e controle da terceirização, que

possibilite a garantia dos direitos definidos pela CLT a esses trabalhadores. De acordo com Bezerra, em todo o Estado, 700 mil metalúrgicos serão beneficiados pelo acordo unificado.

Tendo realizado greves-pipoca entre 4 e 8 de outubro e indicando paralisação de cinco dias a partir de 19 deste mês, os petroleiros também têm a perspectiva, anuncia José Maria Rangel, diretor de imprensa da FUP (Federação Única dos Petroleiros), de obter ganho real, já que a Petrobras registrou lucro de R\$ 17 bilhões. Lutam, entre outros pontos, por um reajuste de 13,29%, sendo 5% de aumento real, e isonomia de direitos entre os trabalhadores. “A empresa em sua proposta concedeu o ICV-Dieese, mas não ganho real, e não contemplou os outros itens”, conta Rangel.

Queda-de-braço

Já os bancários suspenderam a greve de 30 dias em 14 de outubro, em quase todo o País, buscando a reabertura das negociações. Contudo, ameaçavam cruzar os braços novamente no dia 21, se não houvesse avanços. Para a data, ficou marcado o julgamento do dissídio coletivo no TST (Tribunal Superior do Trabalho) e programado um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações.

A greve mais longa da história da categoria no Brasil, segundo a CNB (Confederação Nacional dos Bancários), começou com cerca de 50% do pessoal parado em todo o território nacional – em torno de 200 mil. Todavia, esse número se reduziu, basicamente devido ao recuo em São Paulo, local onde há 106 mil bancários. “Por ser o coração financeiro do País, principalmente nesse Estado houve muita arbitrariedade”, lamenta Miguel Pereira, secretário de organização da CNB.

A categoria, que reivindicava 25% de reajuste, baixou então o índice para 19%, mostrando sua disposição para negociar. Mas a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) manteve a proposta de 8,5%, mais R\$ 30,00 a quem recebe até R\$ 1.500,00. Se se considerar o crescimento obtido pelas instituições financeiras, pode-se detectar facilmente o tamanho da afronta. “Na última década, os bancos tiveram aumento de lucratividade de mais de mil por cento. Só os dez maiores fecharam o último ano com R\$ 15 bilhões”, enfatiza Pereira. Ao mostrar esses números à sociedade, apesar dos obstáculos, a categoria espera um resultado positivo. “Tem capacidade de pagamento”, conclui o secretário da CNB.

ENTREVISTA

As desigualdades que marcam a vida brasileira têm diversas faces. Uma delas é geográfica. Acontecer de viver no Sul é ainda hoje incomparavelmente melhor que no Nordeste. Garante, por exemplo, aproximadamente cinco anos mais de expectativa de vida — 70,8 contra 65,5, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A mortalidade infantil é ainda mais contrastante: 25,9 contra 58,9 por mil. O rendimento médio despenca de R\$ 334,40 para R\$ 144,00. Para transformar essa realidade, o País tem na gaveta uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Sua implementação depende fundamentalmente de recursos, que estariam previstos num fundo de R\$ 2,5 bilhões, criado com esse objetivo, mas que ainda precisa de aprovação do Senado e corre sério risco de não ser aplicado na forma correta. Responsável pela elaboração da proposta quando integrava o Ministério da Integração Nacional, onde ficou de março de 2003 a janeiro deste ano, a economista pernambucana Tânia Bacelar de Araújo criticou os desvios e a lentidão nesse processo. Hoje no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ela aguarda para ver quando florescerão as sementes que plantou.

Existe política de desenvolvimento regional no Brasil?

Existe uma proposta formulada pelo Ministério da Integração Nacional, mas não tem recursos. Colocar em prática a política depende do fundo nacional de desenvolvimento regional proposto na PEC 41, que tratou da reforma tributária. Mas mesmo antes de ser aprovado, ele foi negociado com os governadores do Norte, Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Será rateado entre esses estados com os mesmos critérios do FPE (Fundo de Participação dos Estados). Transformou-se num FPE 2 e não se sabe como será aplicado. De toda forma, isso ainda não foi consolidado e, em sua última reunião, o Conselho Nacional de Desenvolvimento se pronunciou contra essa negociação.

Qual seria o montante de recursos adequado e como seria aplicado na proposta original?

O fundo teria R\$ 2,5 bilhões por ano. Uma parte grande iria para Norte e Nordeste, porque na escala macrorregional tem um hiato muito grande entre o tamanho da base econômica e o da demográfica — o Nordeste tem 28% da população e apenas 13% da produção. Nas outras regiões, seria aplicado em sub-regiões menos dinâmicas. No Centro-oeste por exemplo, há locais em decadência, que ficam para trás na rota da expansão agropecuária. O extremo sul do Rio Grande do Sul é uma região de renda média, mas com problemas de dinamismo. Com o Mercosul, algumas atividades deixaram de ser competitivas. Nos locais selecionados, o dinheiro seria revertido para infra-estrutura, ciência e tecnologia, qualificação de pessoal.

Que papel tem o projeto de transposição do Rio São Francisco nessa questão?

Esse projeto era visto meramente como uma obra hídrica. Hoje, está sendo rediscutido, com uma visão mais abrangente. Mas dois pontos devem ser levados em consideração. O primeiro é o impacto ambiental, que, segundo o Ministro da Integração (Ciro Gomes), está sendo equacionado. O segundo ponto é para quem vai a água. No Nordeste, há dois tipos de demanda, uma da população rural que é dispersa e não será atendida pela transposição. A solução aqui é o projeto de 1 milhão de cisternas, que chegam às famílias e em termos de qualidade de vida são uma maravilha. Só quem sabe o que é isso são as mulheres e crianças que carregam água na cabeça por quilômetros de distância. Já a demanda urbana pode ser atendida pela transposição. E ninguém será contra esse uso. Em relação ao consumo produtivo, para a agricultura, é necessário saber quem será beneficiado. Então, é preciso antes desapropriar certas áreas, fazer projetos com pequenos produtores associados aos grandes, para que o impacto seja socialmente bem distribuído. Caso contrário, resolve o problema da água e cria o da concentração de renda.

Qual a origem da desigualdade regional no Brasil?

A literatura mostra que há razões que vêm do século XIX, como a maior expansão geográfica da área do café, porque aí se implantou mais infra-estrutura, criou-se economia de serviços. E um conjunto de políticas públicas contribuiu, inclusive medidas macroeconômicas, como o duplo câmbio que se usou muito: quem importasse máquinas e equipamentos pagava uma taxa melhor que aquela definida para bens de consumo. Isso obviamente beneficiava o Sudeste. A origem da concentração é o momento da industrialização. E uma coisa puxa a outra: os principais centros de pesquisa e universidades estão nessa região. As outras não tiveram o mesmo volume de investimento. A herança hoje é pesada.

A guerra fiscal, que acabou tirando algumas indústrias de São Paulo, serviu à descentralização?

Como o Governo Federal não tem política regional, os estados e municípios resolveram disputar entre si e isso descentralizou alguns setores, como calçados e confecções que foram para o Nordeste. Mas é essencialmente um instrumento burro e predatório da receita pública. A Bahia ganhou a Ford, pagando metade do investimento, num setor que só faz desempregar pela tendência à automação. Na verdade, o empresário vai para onde já ia, faz estudo de localização e decide onde se instalar. Pensando por exemplo no Mercosul, do Rio para baixo qualquer local está bom. Então, ele vai estado por estado para ver quem dá mais. Na verdade, não precisaria receber os benefícios oferecidos, esses recursos poderiam ser usados para fazer infra-estrutura e aumentar o nível de qualificação.

O Ministério do Meio Ambiente e o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) deram a largada para uma nova rodada de medições do buraco na camada de ozônio sobre a Antártica, que atinge aproximadamente 25 milhões de quilômetros quadrados. Para tanto, desde o dia 22 de setembro, os pesquisadores José Roberto Chagas e Luiz de Souza Mangueira estão na estação Comandante Ferraz, a base brasileira no continente gelado. A idéia é aproveitar a primavera austral, entre os meses de agosto e novembro, quando há elevação natural das temperaturas e amplia-se o problema. O trabalho está sendo feito em parceria com a Universidade de Magalhanes, em Punta Arenas, a cidade mais austral do Chile e da América do Sul, onde a borda do buraco na camada já chegou. O fato preocupa os cientistas, pois a localidade de 120 mil habitantes não tem condições de absorver radiação tão elevada.

A iniciativa, conta a física Neusa Maria Paes Leme, membro do Proantar (Programa Antártico Brasileiro), soma-se aos esforços envidados em todo o mundo para detectar as alterações na camada de ozônio, que protege os seres vivos da incidência dos raios ultravioleta ou UV, e minimizar seus impactos sobre o planeta.

Segundo ela, o recente agravamento do buraco do ozônio da estratosfera antártica está iniciando também modificações na troposfera, pois agora muito mais radiação ultravioleta penetra em todo continente antártico e, portanto, mais energia está disponível para principiar reações químicas secundárias. Outra consequência é o aumento da radiação UV-B que chega até o solo.

A pesquisadora lembra que já foram registradas quedas de até 80% nos níveis de concentração de ozônio. Em uma medição no mês de outubro do ano passado, uma redução de 60% ocasionou um aumento de até 400% na incidência dos raios UV-B, tendo chegado ao nível dez, em uma escala que vai até 15. “É um nível de radiação tropical, de uma cidade como o Rio de Janeiro, alto demais para a Antártica”, afirma. “O meio ambiente austral não está preparado para isso, pois os seres lá são biologicamente simplificados, o que pode gerar alterações genéticas ou mutações que afetem toda a frágil cadeia, a começar pelas algas, fitoplâncton e krill”, adverte. Se tudo der certo, a recuperação da camada se dará por volta do ano 2040.

Tecnologia

O sucesso do trabalho dos cientistas brasileiros, de acordo com Leme, será assegurado pela tecnologia adequada. “Um diferencial está nas observações com o espectrofotômetro Brewer, que nos fornecem o valor da coluna total do ozônio e dos dióxidos de nitrogênio e enxofre do solo até o topo da atmosfera. Para completar, os lançamentos de sondas de ozônio em balões medem a concentração a até 30km de altitude, técnica que resulta também em informações meteorológicas durante a subida das sondas, como vento, pressão, temperatura e umidade. Assim, os dados obtidos por sondagem na Estação Ferraz são únicos.”

A observação contínua garante o acompanhamento da variação anual e sazonal da radiação ultravioleta e a análise da mudança temporal e espacial do buraco e sua conexão com o sul do continente americano. Todos os equipamentos de detecção são gerenciados por computadores, com softwares de rastreamento, que armazenam os dados enviados por sinal de rádio. No caso dos balões, são acompanhados por sistema GPS. Todas as informações serão transmitidas, via Internet, para as bases do Inpe, o que permitirá sua constante atualização.

Sinal de alerta

Nas últimas décadas, o avanço industrial deixou sua marca na atmosfera e o comportamento das massas de ar induziu à concentração da destruição em regiões bem específicas, a mais grave localizando-se na Antártica. Essa situação fez com que, em 1987, dezenas de nações industrializadas e em desenvolvimento assinassem o Protocolo de Montreal – do qual o Brasil é signatário desde 1990 – , que estabelece, entre outras medidas, contenção das emissões dos gases halógenos – aqueles compostos por átomos de cloro, flúor, bromo ou iodo dos quais fazem parte os CFCs (clorofluorocarbonetos), largamente usados em sprays ou refrigeradores e apontados como os principais vilões na origem e expansão do buraco na camada de ozônio.

Quando emitidos, esses gases vão para a alta atmosfera e ao encontrar o ozônio causam sua quebra, que resulta na perda de um dos três átomos de oxigênio por molécula que possui. O que sobra do desmanche não tem capacidade de filtrar os raios ultravioleta.

Para a física do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Neusa Maria Paes Leme, é importante que “em um país de culto ao sol, como é o Brasil”, as pessoas tenham acesso a informações sobre a exposição excessiva à radiação UV-B, reconhecidamente a mais nociva. Na sua opinião, o tema deve ser encarado como questão de saúde pública, que atinge especialmente trabalhadores rurais e pescadores, permanentemente em ambientes abertos.

Em humanos, os efeitos da radiação, que é cumulativa, refletem-se em cânceres de pele e problemas oculares como catarata, principalmente entre pessoas acima de 30 anos. É bom lembrar que, em níveis adequados, esses raios são responsáveis pelo processamento da vitamina D e também contribuem para uma calcificação equilibrada. Maiores informações podem ser obtidas no site do Inpe, que traz fotos e tabelas que ensinam os níveis seguros de exposição à radiação, considerando, inclusive, os diferentes tipos de pele.

Para saber mais: www.dge.inpe.br/ozonio